



A DESPOLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO BOLSONARO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

THE ENVIRONMENTAL (DE)POLICY OF THE BOLSONARO GOVERNMENT AS AN EXPRESSION OF THE SOCIAL QUESTION

Clifftianny Alves Sousa¹

Jaqueline Lima Liskoski²

Maria Carolina Morais Henrique³

Verônica Moreira Oliveira⁴

Leonardo Martins Prudente⁵

Resumo: Este artigo analisa o desmonte da política ambiental brasileira durante o governo Bolsonaro como expressão da questão social. O texto condensa, em cinco dimensões, ações, decisões e discursos do governo Bolsonaro que evidenciam a captura do Estado, no âmbito da política ambiental, por interesses capitalistas desenfreados. Estas dimensões incluem: o desmantelamento da política e dos órgãos ambientais, enfraquecimento da participação social, apoio às atividades predatórias, manipulação e desinformação, e desarticulação internacional. A análise mostra o empenho do governo Bolsonaro em combater restrições ambientais e

¹ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Nefrologia pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde (FEPECS). Mestranda em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do grupo de estudos GEPSaúde. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5720-6435>. E-mail: tianny.as@gmail.com.

² Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialização em Gestão de Políticas Públicas e em Gestão do Sistema Único de Assistência Social pelo Instituto Brasil de Ensino (IBRA). Mestranda em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Servidora do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Membro do grupo de Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Comunicação Pública, Assistência Social e Serviço Social (Compass -UnB). ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2906-2365>. E-mail: jaquelineliskoski@gmail.com.

³ Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UnB). Mestranda em Política Social (UnB). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente (GEDUSSC). ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9471-9420>. E-mail: mariacarolinamorais@live.com.

⁴ Especialista em assistência social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. Graduação em Artes Visuais pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduação em Arte Educação e Tecnologias Contemporâneas (UnB) e mestrado em Arquitetura e Urbanismo (UnB). Doutoranda em Política Social (UnB). Membro do Grupo de Estudos Pesquisa e Extensão sobre Comunicação Pública, Assistência Social e Serviço Social (Compass -UnB). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0809-7376>. Email: veronicasersocial@gmail.com

⁵ Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Graduação em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e mestrado em Administração (UnB). Doutorando em Política Social (UnB). Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Comunicação Pública, Assistência Social e Serviço Social (Compass-UnB). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1921-9463>. E-mail: leoprudente@gmail.com.

Artigo submetido em: 28 de março de 2024.

Artigo aceito em: 17 de fevereiro de 2024.

p. 193-215. DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202426>

defender a exploração predatória, em consonância ao contexto brasileiro de capitalismo dependente.

Palavras-Chave: Questão social, questão ambiental, desmonte da política ambiental, governo Bolsonaro

Abstract: This paper article analyzes the dismantling of the Brazilian environmental policy during the Bolsonaro government as an expression of the social question. The text condenses, into five dimensions, the actions, decisions, and discourses of the Bolsonaro government that demonstrate the capture of the state, in the scope of environmental policy, by unrestrained capitalist interests. These dimensions include: the dismantling of environmental policy and agencies, the weakening of social participation, support for predatory activities, manipulation and misinformation, and international disarticulation. The analysis shows the Bolsonaro government's commitment to combating environmental restrictions and to defending predatory exploitation, in line with the Brazilian context of dependent capitalism.

Keywords: Social issue, environmental issue, dismantling of environmental policy, Bolsonaro's government.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo demonstrar os retrocessos e desmontes da política ambiental no governo Bolsonaro, entre os anos de 2019 e 2022, como uma expressão da questão social, isto é, da captura do Estado por interesses capitalistas. Dentro de uma agenda liberal e autoritária, o meio ambiente é visto apenas como fonte de recursos para o capital de modo que sua exploração, especialmente na visão deste governo, deveria se dar de maneira desmedida.

O trabalho conceitua a questão social, sua expressão ambiental, bem como registra os principais fatos da política ambiental do governo em questão. Desta forma, foi possível identificar que as estratégias adotadas durante os anos supracitados implicam fortemente na expressão ambiental da questão social no Brasil. A tragédia já estava anunciada no período eleitoral de 2018, a partir do discurso do candidato, que viria a se tornar o Presidente do país, contrário à proteção ambiental e em favor do desenvolvimento capitalista, sobretudo do agronegócio. Esta se consolidou com esfacelamento da política ambiental, escancarando a escalada da destruição ambiental e evidenciando a apropriação dos recursos naturais e a utilização das terras como estratégia capitalista para manutenção e reprodução desse sistema.

A QUESTÃO SOCIAL E SUA EXPRESSÃO AMBIENTAL

Antes do debate acerca da despolítica⁶ ambiental do governo Bolsonaro, é imprescindível compreender o conceito de política e de política pública. A priori, partimos do entendimento de que o conceito de política (*politics*) é multifacetado, tendo sido objeto de estudo de diferentes filósofos ao longo da história que vão desde Aristóteles na Grécia Antiga à Hannah Arendt. De acordo com Arendt (2006), política não é o domínio entre governantes e governados, mas uma ação em comum acordo entre as partes envolvidas, que visam o Estado (*polis*) enquanto reflexo do pluralismo humano. Ou seja, a política emerge entre os homens e permite que eles apresentem suas posições ideológicas por meio da manifestação dos desejos coletivos, sendo para a autora a ação política sinônimo de liberdade.

Já a política pública, de acordo com Mota (2014), é entendida como a forma que o Estado age para amenizar as desigualdades sociais e os conflitos de interesse entre as classes. Neste processo, os gestores políticos exercem um papel fundamental na participação, destinação e focalização dos recursos públicos destinados a atender as demandas sociais.

Isto é, "as políticas públicas são ações do governo, blindadas de autoridade soberana do poder público. Dispõem sobre as ações, as metas ou objetivos das ações e, por fim, as estratégias de ações a serem adotadas pelos agentes políticos" (Rodrigues, 2010, p. 53). Dye (1984), define política pública como sendo o que o governo escolhe ou não realizar. Ou seja, é a ação, análise e, quando necessário, mudanças do governo nos programas e projetos que visem mudar a realidade social.

Souza (2003), afirma que nas últimas décadas tem havido um ressurgimento do debate acerca da importância dos estudos da política pública diante da controvérsia da consolidação da garantia de direitos sociais ou da consolidação e reprodução do capital. Tendo em vista que nenhuma ação política é neutra, presenciamos no governo Bolsonaro

⁶ A escritora espanhola Almudena Grandes afirma que "a nova realidade exige novas palavras" e, portanto, em 2011, publica uma coluna no jornal espanhol *El país* na qual propõe que se passe a utilizar o neologismo "despolítica" para se referir a "ação ou omissão que permite que a função para a qual foi eleito um cargo público seja contrariada, distorcida ou esvaziada de conteúdo" (tradução nossa).

(2019–2022), o enfrentamento das diversas manifestações da questão social como algo secundário à economia e aos outros interesses relacionados à reprodução do capital (Netto, 2001).

Assim como política e política pública, importa igualmente compreender o que “questão social” significa. De acordo com Montañó (2012), o termo “questão social” surge como uma forma de separar os aspectos econômicos dos sociais, a fim de explicar o crescimento da pobreza junto ao crescimento industrial. Todavia, conceituar o termo “questão social” não é tarefa fácil tendo em vista que esse termo é carregado de sentidos e significados acerca da interpretação da sociedade de acordo com o tempo histórico no qual se aplica (Netto, 2001). A questão ambiental, por sua vez, não se distingue da questão social, mas se constitui enquanto uma das suas expressões, que passa a ganhar centralidade nas discussões a partir da sua utilização no processo de legitimação da hegemonia burguesa na atualidade.

De acordo com a análise de Iamamoto e Carvalho (2012), a “questão social” diz respeito à gênese da classe operária que trouxe consigo uma gama de revoltas e lutas sociais, as quais evidenciam os problemas políticos e econômicos que dão visibilidade ao conflito entre o capital e o trabalho. Em contrapartida, alguns autores positivistas compreendem a desigualdade social como conceito de “questão social”, ou seja, a desigualdade social é naturalizada, sendo esta a única consequência da relação entre capital e trabalho, expressão do duelo entre a apropriação dos meios de produção pela burguesia, restando para a classe operária o trabalho. Assim, para os autores de vertente conceitual marxista, a “questão social” não é somente a desigualdade social, mas as lutas de classes presentes na dinâmica capitalista. Deste modo, “Questão Social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam a desigualdade social e a ela resistem. Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social” (Iamamoto, 2006, p. 27–28, grifo nosso).

Destarte, apesar de o termo “questão social” ter ocupado as discussões no Brasil a partir do século XX, Ianni (1991) afirma que durante a escravidão havia a questão social e a luta de classe como parte integrante da sociedade, refletindo as disparidades econômicas, políticas, culturais e sociais existentes nas diferentes repúblicas e

democracias. Contudo, a “questão social” era tratada ora como um problema de políticas sociais e desigualdade de classe, ora como problema de polícia (Iamamoto, 2006; Netto, 2001; Ianni, 1991). Se por um lado havia o fortalecimento e crescimento do poder do capital e da autoridade estatal, por outro havia o enfraquecimento da classe trabalhadora que se via cada dia mais explorada e expropriada dos lucros do seu trabalho (Ianni, 1991). Segundo Florestan Fernandes (1975), a consolidação do capitalismo de caráter dependente no Brasil e na América Latina acontece a partir de um padrão de dominação externa destrutivo para o desenvolvimento dos países latino-americanos. Esse padrão não permite condições para crescimento autossustentado e integração nacional da economia, bem como uma rápida industrialização. Nas palavras do autor,

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades áspersas: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real (Fernandes, 1975, p. 26).

Ao mesmo tempo em que o Estado protege a classe burguesa e o capital, cria meios favoráveis para que esse capital possa se reproduzir, intervindo diretamente nas lutas sociais, a fim de amenizar os conflitos existentes e criar um ambiente propício ao sistema dominante (Iamamoto, 2006). O Brasil, assim como outros países de capitalismo dependente, se insere nesta lógica de reprodução do capital a partir de uma formação econômica, social e política que transforma sua economia em mercadoria facilmente explorada por países de capitalismo central, sob condições seguras, lucrativas e negociáveis à distância e possibilitando uma maior drenagem de riquezas (Fernandes, 1975). Ademais, Ianni (1991) afirma que não se pode ignorar o caráter estrutural que a “questão social” assume na atual sociedade, sendo o resultado direto entre tensões e conflitos de classe no qual o Estado constantemente é intimado a se posicionar diante do caráter urgente dos conflitos de interesse. Não se pode deixar de mencionar que com o avanço do capital e suas novas formas de exploração, a questão social ganhou uma nova “roupagem”, agora sobre a égide da mundialização e flexibilização do trabalho,

em que tudo e todos tornam-se mercadoria propícias à exploração e extração de mais-valor (Marx, 2015), inclusive o meio ambiente, tornando-se uma "questão ambiental".

Portanto, a "questão ambiental" é uma expressão da "questão social" e diz respeito à ação das atividades humanas na natureza, principalmente na mercantilização dos recursos naturais. Netto (2001) refere que as desigualdades sempre existiram, porém, no capitalismo assumem um caráter catastrófico, termo ideal para acomodar as "questões ambientais".

A humanidade, sob o signo do capital, intensifica a utilização e a destruição da natureza para produção de riqueza. São exemplos deste processo a escassez de recursos não renováveis, mudanças climáticas, catástrofes e crimes ambientais, poluição, dentre outros. O modo de produção capitalista domina a natureza para uma utilização sem planejamento e os exemplos evidenciam a contradição entre a necessidade de expansão de produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento.

O aumento da produtividade no capitalismo está aliado ao uso indiscriminado de recursos humanos e materiais do planeta para seu retorno enquanto mercadoria. É característica do capitalismo, quando pensado nas sociedades anteriores, os níveis de degradação ambiental: outrora o objetivo da produção residia na satisfação de necessidades, não na formação de excedente e, conseqüente, obtenção de lucro. É com o desenvolvimento das forças produtivas e o interesse do capitalismo em concentrar riquezas que as relações entre sociedade e natureza são alteradas, transformando o domínio da terra em domínio da natureza e da própria humanidade. Assim, inaugura-se uma nova etapa da relação com o meio ambiente. O desenvolvimento das forças produtivas, em seu atual estágio, inclui a produção destrutiva da natureza como uma de suas mais dramáticas expressões (Silva, 2008).

O desenvolvimento das forças produtivas não visa estabelecer uma relação adequada e respeitosa com a natureza. A relação entre tecnologia e avanços científicos com a vida se manifesta em submissão e intenso processo de utilização da natureza. O modo de produção capitalista promove a ruptura na relação metabólica entre o homem e a natureza, como expressão da alienação material dos seres humanos do processo de

transformação dos elementos naturais em bens sociais necessários à sua própria manutenção (Silva, 2008).

Silva (2008) define a "questão ambiental" como o conjunto de deficiências na reprodução do sistema, calcado na indisponibilidade ou na escassez de elementos advindos da natureza no processo produtivo, como matérias primas e energia, e os desdobramentos ideopolíticos da incapacidade de disponibilizar os recursos necessários à reprodução da vida em uma sociedade com alta demanda de produção e consumo. Este processo tende à globalização dos efeitos destrutivos, não estando mais alocados num ou outro país, e a finitude da natureza evidencia limites à expansão incessante da produção mercantil, de crise, mas

(...) não se trata de uma "crise ecológica" em si mesma, visto que não é o ambiente natural que se encontra em crise, mas o sistema do capital, o qual faz recair sobre os trabalhadores e sobre a própria natureza as mazelas de sua dinâmica crescentemente predatória (Silva, 2008, p. 64).

Dentre as dinâmicas adotadas pelo capital, a mundialização da economia e a acumulação financeira do século XXI indicam que o capital centralizado prospecta novos lucros e aumento da produtividade, por meio de inovações tecnológicas e mudanças operadas nas unidades produtivas e na divisão internacional do trabalho. Harvey (2004) denomina esse movimento de "acumulação por espoliação", processo em que todas as características da acumulação primitiva se mantêm e se aprofundam, e novas são criadas. Este movimento tem contribuição do Estado que, por meio do monopólio da violência e suas definições de legalidade, legitima sua ação com vistas à promoção do processo de manutenção da lógica capitalista de acumulação. Entre os mecanismos de acumulação por espoliação, que podem se dar de diferentes maneiras, está a escalada da destruição dos recursos ambientais, como terra, ar e água, a regressão das normas de proteção ao trabalho e ao meio ambiente, a mercadificação da natureza em todas suas formas, a privatização de bens antes públicos, evidenciando as alternativas que o capital utiliza, no que tange a questão ambiental, para superar suas crises, aumentar margens de lucro e garantir a manutenção do processo econômico.

Materializadas na destruição de recursos naturais, são expressões desse processo a mercadificação de recursos ambientais - além de transformações a respeito do trabalho e sistema de crédito - e a mercantilização da terra, das águas, do ar e da vida, em um processo de atravessamentos violentos, não lineares e não fixos (Federici, 2019).

A DESPOLÍTICA AMBIENTAL DO GOVERNO BOLSONARO

A política ambiental é geralmente caracterizada por um elevado nível de complexidade e debate (Caldwell, 1993). Esta abrange uma série de questões e fenômenos socioambientais que interagem em múltiplas escalas de tempo e de espaço, tais como poluição, alterações climáticas, desflorestação e perda de biodiversidade. Além disso, envolve um grande número de atores, áreas do conhecimento, crenças, disputas científicas e ideológicas, atividades humanas e econômicas, bem como outras políticas públicas (Capelari, 2020).

No Brasil, a presença da questão ambiental na estrutura administrativa e jurídica do Estado ganha contornos iniciais na década de 1930, com a aprovação do Código de Caça e Pesca, do Código Florestal e do Código de Águas, todos em 1934. Na década de 1980, o tema dá passos importantes com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente, em 1981, a criação do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente⁷, em 1985, e o surgimento de movimentos ambientalistas, como a "Frente Verde", que fizeram pressão para a inclusão da temática ambiental na Constituição Federal de 1988. A Carta Magna reconhece o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um bem comum do povo a ser preservado pelo poder público e da coletividade, bem como a descentralização da política ambiental, fato que fomentou a criação de órgãos, nos diferentes níveis federativos, voltados para a preservação, administração e controle, inclusive conselhos de meio ambiente.

Para além dos aspectos nacionais, o Brasil, reconhecendo a transnacionalidade dos problemas ambientais, inseriu-se no debate internacional sobre o tema, acolhendo a

⁷ Anteriormente, o tema do meio ambiente era tratado dentro do Ministério do Interior (Decreto 73.030, de 30 de outubro de 1973).

agenda ambiental e firmando-se como potência ambiental apesar de ser um país em desenvolvimento, no qual os avanços eram feitos apesar das enormes dificuldades geográficas, econômicas e sociais. Merece destaque que, em 1992, o Brasil deu um salto no compromisso com o desenvolvimento sustentável nas esferas doméstica e internacional ao sediar no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento⁸.

Apesar dos avanços indicados acima, relevantes críticas podem ser feitas à condução da política ambiental brasileira ao longo dos primeiros 30 anos da Constituição Federal de 1988. Não obstante, elas se tornam pequenas quando comparadas às denúncias relativas aos 4 anos de mandato presidencial de Jair Bolsonaro (2019–2022). Bolsonaro se elegeu se apresentando como representante de um movimento de massas, com base social na pequena e média burguesia, com algum alcance para além das classes médias. Embora seu discurso neoconservador e neoliberal mirasse as classes médias, governou segundo os interesses do grande capital, sobretudo do agronegócio (Mattos, 2023). Seu governo foi marcado pelos constantes ataques ao regime democrático, ameaças de ruptura institucional respaldadas por mobilizações de apoiadores e degradação acelerada da classe trabalhadora. Sua inclinação ao autoritarismo e à defesa da liberalização econômica se destacaram desde a candidatura e permaneceram presentes na sua atuação como presidente, com ações, omissões e discursos que geraram consequências à esfera ambiental.

A visão desse governo era clara: a legislação ambiental representava grande empecilho ao crescimento econômico – uma visão que repete a retórica da ditadura militar nos anos 1970 e que despreza o paradigma de desenvolvimento sustentável surgido nos anos 1980. Ao mesmo tempo, também atacava o direito de indígenas e quilombolas à terra. Estava nítido o compromisso com a retirada de tais impedimentos às atividades econômicas, fossem essas legais ou ilegais, predatórias ou não. Começava então o empenho do governo em destruir tudo o que foi erigido institucionalmente na área ambiental desde a redemocratização. Bolsonaro implementou uma das políticas mais

⁸ Também conhecida como Eco-92 ou Cúpula da Terra, esta conferência de chefes de Estado deu início à Agenda 21, documento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis que irá pautar, a partir de então, o futuro da agenda ambiental global.

danosas em relação à natureza, a qual pode-se denominar de despolítica, por reunir um conjunto de medidas destinadas a eliminar florestas, cessar o monitoramento e a fiscalização e promover atividades ilegais como a exploração madeireira, o garimpo em reservas indígenas e as queimadas, bem como a cessão da demarcação de terras indígenas.

De forma a organizar a reflexão sobre o tema, as medidas da despolítica ambiental do governo Bolsonaro foram classificadas em cinco dimensões. Essa categorização não é absoluta e nem pretende esgotar o debate a respeito da especificidade que a questão ambiental adquire durante o período aqui analisado. Além disso, há ações que podem ser classificadas em mais de uma dimensão ou refletem-se para além de sua dimensão. Seu levantamento foi feito a partir de reportagens, relatórios oficiais e artigos científicos afetos ao tema e ao período investigados. A apresentação e a discussão destas cinco categorias serão apresentadas a seguir.

Desmantelamento da política e dos órgãos ambientais

O desmantelamento da política e dos órgãos ambientais estava nos planos de Bolsonaro desde as promessas de campanha, em 2018. Nessa época, Bolsonaro já criticava o excesso de multas ambientais aos produtores rurais e sustentou a promessa de unificar o Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) até que ministros do governo Michel Temer, antecessor ao de Bolsonaro, o dissuadiram. Iniciada a gestão em 2019, um dos seus primeiros atos administrativos foi a Medida Provisória nº 870 que determinou a reforma administrativa. Os poderes do MMA foram significativamente enfraquecidos: a Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas foi extinta, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) foram transferidos para o MAPA e a Agência Nacional de Águas (Ana) deslocada para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Indicado por Bolsonaro para o MMA, Ricardo Salles, logo no primeiro semestre de 2019, anunciou cortes nos orçamentos do MMA, do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). À época de sua nomeação, Bolsonaro

declarou: “Quando vi entidades do setor [ambiental] criticando a indicação de Ricardo Salles, vi que acertamos na decisão” (O Sul, 2018). A opção por definir a política ambiental é ainda mais evidenciada pela baixa no valor do orçamento liquidado, reduzido a R\$2,53 bilhões no final do governo, em 2022, o menor índice registrado desde 2000 pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do governo federal.

À estratégia de cortes orçamentários, soma-se a ocupação de importantes órgãos por militares, em um processo de “cupinização institucional” conforme denunciou a ministra do Supremo Tribunal Federal Cármen Lúcia Antunes Rocha ao se referir à gestão ambiental de Bolsonaro. O número de cargos comissionados civis ocupados por militares aumentou 193% entre 2013 e 2021 (Observatório do Clima, 2023). Uma consequência desta militarização dos equipamentos foi a recorrência de posturas não democráticas, como a intimidação e o silenciamento de servidores, agentes e militantes ambientais. A Controladoria Geral da União evidenciou que em 2021 o número de acusações de assédio moral contra servidores da área ambiental aumentou 380% desde 2018 (Observatório do Clima, 2023).

Estas estratégias de desgoverno contribuíram para o desmantelamento da política ambiental, cujo intuito estava em reduzir, ou melhor, sabotar a capacidade institucional de fiscalização para o combate às atividades predatórias.

Defesa das atividades predatórias

Ao observar o período de 2018 a 2022, à luz das reflexões de Grossi (2009) acerca da questão ambiental, é possível perceber o Estado brasileiro fortaleceu o sociometabolismo⁹ do capital apoiando atividades em torno da agroindústria e do garimpo ao paralisar as fiscalizações e deixar o desmatamento e o extrativismo ilegal e predatório correrem soltos. Um importante exemplo desta postura foi a desativação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAm

⁹ O termo “sociometabolismo do capital”, utilizado por Mônica Grossi, tem referência no livro “Para Além do Capital” de István Mészáros e se refere à articulação do tripé formado por capital, trabalho assalariado e Estado, que é intrínseca ao funcionamento (por isso, metabólica) do modo de produção capitalista

que desde 2004 atua para zerar o desmatamento ilegal até 2030. De acordo com levantamento do Observatório do Clima (2023), desde o início do monitoramento do desmatamento por satélite, em 1988, o governo de Bolsonaro foi o que apresentou o maior índice de aumento. Um pico de desmatamento comparável a esse ocorreu em meados da década de 1990 com o Plano Real, que acelerou o agronegócio, atingindo a média anual de desmatamento de 19.457 Km², a mais alta registrada em um mandato presidencial até o período presidencial de Bolsonaro.

O mesmo levantamento demonstrou que não obstante o Brasil vinha atuando para diminuição do desmatamento desde 2004, com o PPCDAm, reduzindo para a média anual de 5.473Km² no primeiro governo da presidente Dilma Rousseff, a maior variação no índice de desmatamento foi registrada no desgoverno de Jair Bolsonaro que, mesmo sem um alibi desenvolvimentista sustentável como o Plano Real, teve os índices de desmatamento ainda maiores que os registrados no período do presidente Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com o projeto MapBiomas, no Brasil, de 2010 para 2021 a área de garimpo em Unidade de Conservação aumentou 352%. Sendo 85 % do garimpo brasileiro em território indígena e deles, 15% em unidade de Conservação Indígena, de acesso restrito correspondendo à área de mais de 23.000 hectares de garimpo ilegal.

Nesse contexto de apoio a atividades predatórias e definhamento das políticas ambientais, consequências alarmantes do desgoverno foram noticiadas no final do mandato, em novembro de 2022: a catástrofe humanitária na Terra Indígena Yanomami, que foi repetidamente negligenciada durante os 4 anos de Bolsonaro. Seu território foi invadido por mais de 20 mil garimpeiros ilegais, o que resultou na morte, por causas evitáveis, de 570 crianças menores de 5 anos, além da fome, doenças e da violência, inclusive sexual, desencadeada pela presença do garimpo (Observatório do Clima, 2023).

O explícito apoio ao garimpo e a perseguição aos povos indígenas foi uma das promessas de campanha cumpridas no governo Bolsonaro por meio do desmantelamento dos equipamentos públicos de fiscalização e monitoramento ambiental, além da anistia dos crimes ambientais. Casos noticiados na imprensa exemplificam esta característica

do governo. Em abril de 2019, Bolsonaro desautorizou fiscais do IBAMA que atuavam contra o roubo de madeira dentro de uma unidade florestal em Rondônia, recriou fiscais que destruíram os equipamentos usados pelos criminosos e ordenou ao ministro Ricardo Salles a abertura de processo administrativo contra os servidores envolvidos (Moreira; Watanabe, 2021).

Enfraquecimento da transparência e da participação social

A terceira dimensão da despolítica do governo Bolsonaro diz respeito ao enfraquecimento da transparência e da participação social na área ambiental, elementos importantes da constituição democrática e cruciais para o bom desenho de políticas públicas. Na arena ambiental, marcada pela multidimensionalidade do conflito de interesses, os espaços de concertação e diálogo com a sociedade civil são essenciais para produzir diagnósticos e soluções para os principais problemas coletivos. Os esforços do governo Bolsonaro de minar a transparência e a participação reforçam seu caráter de captura por interesses privados. Essas intenções já estavam claras nos trabalhos de transição entre o governo anterior e o governo Bolsonaro. O relatório da equipe de transição já trazia o propósito de excluir a sociedade civil das políticas públicas ambientais (Observatório do Clima, 2023).

Em 2019, já no início de seu governo, Bolsonaro tentou aumentar as categorias de servidores que poderiam determinar o sigilo de documentos governamentais, antes restrita ao primeiro escalão, no entanto a iniciativa foi barrada pela atuação do Congresso Nacional. Neste mesmo ano, derrubou a proteção de requerentes de informação por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), deixando aberta a possibilidade de retaliações e perseguições. No ano seguinte, o MMA proibiu formalmente o diálogo entre servidores do IBAMA e a imprensa, a não ser que fossem mediados pela Assessoria de Comunicação do Ministério. Além disso, determinou que os servidores reportassem qualquer tentativa de contato da imprensa, dando duro golpe à transparência pública. Mais tarde, o IBAMA estendeu sua vigilância sobre seus servidores ao proibi-los de fazer manifestação política contrária ao governo em suas redes sociais

personais. Ao mesmo tempo, o IBAMA ficou 8 meses sem publicar dados sobre áreas embargadas por crimes ambientais e o ICMBio vedou a divulgação de estudos, pesquisas e pareceres sem autorização superior (Imaflora, 2020).

Os retrocessos na área da participação social têm sido mais facilmente percebidos do que os relativos à transparência. Em 2019, o governo extinguiu todos os órgãos colegiados criados por decreto ou portaria na administração pública federal, impôs regras de funcionamento para os restantes que inviabilizam suas condições de funcionamento e revogou a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social. De 22 colegiados nacionais associados às políticas ambientais, 4 (18,2%) foram extintos e 9 (40,9%) foram reestruturados. O Conselho Nacional do Meio Ambiente foi objeto de um grande processo de reestruturação, diminuindo a quantidade de conselheiros de 96 para 23, e a quantidade de vagas destinadas à sociedade civil de 23 para 4 membros, as quais passaram a ser definidas por sorteio e não eleição, reduzindo a força das organizações ambientalistas (Imaflora, 2020).

Ademais, por diversas ocasiões, Bolsonaro utilizou sua retórica agressiva contra ONGs, reduzindo o seu espaço para atuação e participação, alimentado pela desconfiança a respeito da legitimidade destas. As chamou de "câncer" (AFP, 2020) e utilizou seu discurso na ONU para, sem provas, culpá-las, ao lado de indígenas e da imprensa, por crimes ambientais (MAZUI, GOMES, 2020). O governo também enviou agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para a Conferência do Clima, em Madrid, em 2019, com o objetivo de monitorar ONGs dentro do espaço de debates da Organização das Nações Unidas (ONU) (Poder360, 2020). O Conselho da Amazônia Legal, chefiado pelo Vice-Presidente Hamilton Mourão, avançou no cerceamento das ONGs ao concentrar esforços para definir metas e esquemas de monitoramento destas em detrimento da busca de metas de proteção ambiental. Nesse sentido, na avaliação do governo, as ONGs violam interesses nacionais (Leitão, 2020). Em síntese, o esforço foi o de retirar a sociedade civil para que esta não impusesse freios ao desmonte realizado pelo governo em vigência.

Manipulação e desinformação

Não foram apenas as ONG's que foram vítimas de declarações falsas do governo Bolsonaro. Indígenas, populações locais e até a imprensa também foram apontadas como culpadas pelos incêndios na Amazônia. Aliás, em outra ocasião, Bolsonaro disse que a Floresta Amazônica sequer pega fogo por ser úmida (Mazui, Pinheiro, 2021). Ainda, nos foros internacionais, Bolsonaro tentou amenizar o estrago na imagem do Brasil que afasta investidores, distribuindo mentiras, dados errados e defendendo que o Brasil é o país que mais protege o meio ambiente e a maior vítima de desinformação na área ambiental.

Internamente, Bolsonaro também se empenhou no negacionismo científico. O caso mais emblemático aconteceu ainda em 2019, em que ele desacreditou os dados sobre desmatamento divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), ordenou a demissão de seu presidente, Ricardo Galvão; acusou-o de estar a serviço de alguma ONG e, ainda, determinou que dados sobre desmatamento passassem a ser divulgados pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e Pecuária, o qual, à época, era comandado pela senadora ruralista Tereza Cristina (Oliveira, 2021).

A manipulação e a desinformação foram estratégias do governo Bolsonaro que atingiram diversos setores da política pública. Na esfera ambiental, o objetivo de espalhar mentiras foi esconder a dramática situação ambiental e reforçar a minimização dos danos à imagem internacional do Brasil. Estudo realizado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2023 mostrou como Bolsonaro e seus aliados políticos foram (ou são) uma força motriz na disseminação de desinformação ambiental nas redes sociais. O estudo apontou que entre os principais disseminadores, além de Bolsonaro, estão o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, o deputado federal Eduardo Bolsonaro e a senadora e ex-ministra de Agricultura, Tereza Cristina. Em geral, o conteúdo das postagens tentava amenizar a destruição ambiental dos últimos anos, negar o impacto das atividades agrícolas, reforçar teorias conspiratórias, como a

ideia de que estrangeiros querem roubar a Floresta Amazônica e pregar que o discurso ambientalista atrapalha o desenvolvimento do país (Couto, 2023)¹⁰.

O relativismo e a negação científica criam contradições e dúvidas em partes da população, e isso se torna a base para os políticos impulsionarem a agenda de retirada de freios ambientais em favor do capital. Ademais, a negação de dados inviabiliza a base para uma construção mínima de acordos, sobretudo com a sociedade civil, os quais poderiam resultar em fortalecimento de uma política que se quer destruir.

Desarticulação das agendas e acordos internacionais de proteção ambiental

Outra dimensão importante da despolítica do governo Bolsonaro foi a desarticulação das agendas e acordos internacionais de proteção ambiental. Ainda como candidato, Bolsonaro já prometia retirar o Brasil do Acordo de Paris¹¹ e alegava que os compromissos internacionais constituem uma ingerência à soberania nacional. No entanto, desistiu da denúncia deste acordo em virtude da reação do mercado internacional, mas manteve ao longo do seu governo uma posição negacionista em relação ao aquecimento global (Oliveira Neto, 2022). Ainda em 2018, já eleito, pediu ao governo Temer que formalizasse, junto às Nações Unidas, a retirada da candidatura brasileira à sede da 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima da Organização das Nações Unidas (Souza, Coutinho, 2018).

Em agosto de 2019, as ações do governo Bolsonaro colocaram o Brasil em atrito com Noruega e Alemanha, os principais doadores do Fundo Amazônia¹², pois neste mês se registrou um aumento exponencial de desmatamento na Amazônia. Dados dos 12

¹⁰ Bolsonaro fez mais de 10 mil postagens com informações falsas sobre meio ambiente durante seus 4 anos de governo, alcançando mais de 43 milhões de curtidas em suas redes sociais, o que representa um alto engajamento. Do mesmo modo, seu filho e deputado federal Eduardo Bolsonaro e ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles miraram sua artilharia contra ONGs, e a ministra da Agricultura Tereza Cristina, por sua vez, minimizou o agronegócio predatório (Couto, 2023).

¹¹ O Acordo de Paris é um tratado global, adotado em 2015 pelos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, durante a 21ª Conferência das Partes, com vistas à redução de emissão de dióxido de carbono a partir de 2020 como resposta à ameaça da mudança do clima.

¹² O Fundo Amazônia capta doações e financia ações de prevenção e combate ao desmatamento, monitoramento e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal.

meses anteriores apontaram um aumento de 40% no desmatamento da floresta. Em paralelo, o ministro Ricardo Salles, defensor de uma reestruturação do fundo com diminuição da participação de ONGs, suspendeu a diretoria e o comitê técnico do fundo. Tais circunstâncias levaram Noruega e Alemanha a suspenderem unilateralmente suas contribuições para o combate ao desmatamento da Amazônia. Os valores somavam 155 milhões de reais para proteção ambiental no Brasil (Negrão, 2019). No entanto, mesmo diante dessa situação o governo em vigência não recuou. Bolsonaro então destratou a Primeira-Ministra alemã, Angela Merkel, e disse que esta poderia utilizar tais recursos para reflorestar a Alemanha (Negrão, 2019).

Tanto nas edições do Fórum Econômico Mundial de Davos como nas aberturas da Assembleia Geral das Nações Unidas, durante seus anos de mandato, Bolsonaro aproveitou a oportunidade para disseminar discursos com fins a divulgação de informações falsas sobre a conservação ambiental no Brasil e acusar outros países de uma campanha de desinformação sobre a proteção ambiental no Brasil. Tais ações foram intercaladas com ofensas a chefes de Estado e à própria ONU. Além de discursos na contramão da pauta mundial em prol do equilíbrio entre desenvolvimento e preservação ambiental, Bolsonaro também se dedicou em esconder a verdade catastrófica da questão ambiental no Brasil ao ocultar dados oficiais, como os do INPE, que já estavam prontos e foram ignorados durante a COP 27, no Egito; além de silenciar representantes do Brasil em eventos no exterior.

Nesse sentido, o enfraquecimento do envolvimento do Brasil nos compromissos internacionais não foi mero resultado do desmonte da política ambiental, mas ação planejada no escopo de se retirar os freios ambientais à exploração e ao agronegócio predatórios. O cenário brasileiro de desarticulação com os acordos ambientais internacionais possui uma contradição intrínseca em seu processo: em razão da sua inserção dependente dentro do capitalismo, países como Brasil são estimulados a uma superexploração de seus recursos humanos e naturais com vistas à internacionalização da riqueza produzida, enquanto os acordos internacionais os pressionam por conservação natural sob a justificativa de uma colaboração internacional para o desenvolvimento

sustentável. Bolsonaro, no entanto, claramente foge desse desafio e abraça a exploração capitalista livre de quaisquer contingências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar a “questão ambiental” como uma expressão da “questão social” é não ignorar o caráter estrutural que ela assume diante de uma sociedade, como seus significados dentro das relações sociais brasileiras, atentando-se para a relação entre a manutenção do sistema do capital e a degradação dos recursos naturais. Para além disso, é perceber as contradições do processo de acumulação capitalista que permeiam o meio ambiente, isto é, é um processo complexo e não se restringe apenas à dimensão ecológica nem mesmo à sua discussão desvinculada dos determinantes sociais. Portanto, a questão ambiental, pensada enquanto expressão da questão social, contempla a crise ambiental, compreende a sua relação dialética com os determinantes sociais, mas o faz, especialmente, a partir de uma forma social voltada para a produção de mercadoria.

A questão ambiental brasileira e seus significados precedem o governo citado, no entanto é de extrema importância considerar essa questão no contexto de despolítica do governo Bolsonaro e refletir a respeito da agudização que a exploração humana e natural atingiu a partir das posturas adotadas no período e os resultados que estas trouxeram para a dinâmica social, política e econômica brasileira. Estas novas dinâmicas contemplam as relações sociais, quando pensadas no discurso de total dismantelo, exploração e relegação de povos originários, mas refletem especialmente nas relações econômicas, baseadas nas novas formas de exploração humanas e naturais que a despolítica de Bolsonaro trouxe, sob o signo da economia dependente brasileira e suas particularidades dentro do capitalismo. O caráter catastrófico dos anos de 2019 a 2022 incidiram não só na classe trabalhadora residente de regiões periféricas, quilombos e comunidades indígenas, mas também nas relações exteriores, em âmbito de Estado-nação.

Desde a delimitação geográfica do Brasil com a expansão territorial pela agropecuária e pela mineração para exportação, períodos considerados de

impulsioneamento da economia são marcados também pela intensificação da expressão ambiental da questão social manifestadas no desmatamento, na expropriação de territórios da agricultura familiar, de indígenas, de quilombolas, e de movimentos de reforma agrária. Para Grossi (2009), a questão ambiental é "intrínseca a uma sociedade de classes, estruturalmente desigual, envolvendo sujeitos antagônicos, que condiciona e restringe as possibilidades de apropriação, domínio e uso dos bens ambientais" (Grossi, 2009, p. 33).

As dimensões expostas neste estudo evidenciam o total orquestramento do Estado na ação de desmonte e exploração ambientais, resultados de um governo manipulador, negacionista, predador. É evidente que o Estado é utilizado em favor do capital, ora por meio do poder político, ora por meio do monopólio da violência, de modo a garantir arcabouço institucional e legislação que operem na regulação da sociedade para fins, evidentemente capitalistas, de exploração em novos níveis e sob novas bases.

Para além do já declarado durante sua campanha eleitoral, Bolsonaro inaugurou novos níveis de esfacelamento da política de proteção ambiental brasileira justificado pelo discurso do desenvolvimento econômico, que é condicionado, segundo apontado nas dimensões analisadas, não só ao desmantelamento da política e dos órgãos ambientais, como também à defesa da atividade predatória, engendrados por discursos que negam a ciência, manipulam dados, enfraquecem a participação social e desarticulam internacionalmente o Brasil de agendas e dos acordos internacionais de proteção ambiental, no sentido de desenvolvimento e aumento de lucros baseado especialmente no uso destrutivo e incontrolado de recursos naturais.

O levantamento das ações, decisões e discursos evidenciam uma captura do Estado - no caso, especificamente da política ambiental - pelos interesses do capital, em favor de uma exploração descontrolada e predatória, em clara evidência do espaço ocupado pelo Brasil enquanto país de economia dependente que, sob um padrão de exploração, atende especialmente interesses privados externos sobretudo quando se trata do uso dos recursos naturais, sem desconsiderar os recursos humanos altamente explorados. O desmonte da política, da capacidade institucional do Estado, dos espaços de participação social e mesmo de diálogo internacional evidenciam para os governos

posteriores e para a classe trabalhadora, a necessidade de recuperação ambiental dos espaços e elementos degradados pela despolítica de Bolsonaro como articulação necessária para frear a exploração descontrolada dos recursos humanos e naturais tão abundantes no Brasil.

Evidencia-se, a partir dos dados citados, a necessidade de recuperação da capacidade institucional, dos mecanismos de fiscalização e dos espaços de participação e diálogo com a sociedade civil e internacional. No entanto, pensar alternativas para os agravos do desgoverno de 2019 a 2022, no âmbito das políticas públicas, significa pensar em estratégias ainda dentro do sistema do capital, portanto incapazes de, efetivamente, frear as atividades predatórias e respeitar o meio ambiente, os povos originários e comunidades tradicionais. Citando Chesnais e Serfati:

A menos que haja uma resistência social e política de grande força, o capitalismo terá conseguido alcançar o término de seu processo de expropriação dos produtores e de dominação do vivente. Terá passado da expropriação dos camponeses à expropriação do direito geral dos seres humanos de reproduzir, e em breve de se reproduzir" (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 54)

Pondera-se, a partir das reflexões supra, a impossibilidade de superar a questão social, bem como a questão ambiental dentro do sistema do capital, portanto, por meio dos mecanismos do Estado. Reforça-se, então, a necessidade da busca por caminhos e estratégias rumo à uma nova ordem social.

REFERÊNCIAS

AFP. Bolsonaro: "Não consigo matar esse câncer chamado ONG." **CartaCapital**, 4 set. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-nao-consigo-matar-esse-cancer-chamado-ong/>. Acesso em: 27 out. 2023.

ARENDDT, Hannah. **O Que é Política?** Trad. Reinaldo Guarany. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

CALDWELL, Lynton K. Environmental policy as a political problem. **Review of Policy Research**, v. 12, n. 3-4, p. 104-117, 1993.

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; CALMON, Paulo Carlos Du Pin; BORINELLI, Benilson. Mudança de larga escala na política ambiental: análise da realidade brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1691-1710, 2020.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. "Ecologia" e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Revista Crítica Marxista**. São Paulo, n.16, p. 39-75, 2003. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo9539_merged.pdf. Acesso em: 21 nov. 2023

CONGRESSO EM FOCO. **Vinte e um fatos que comprovam o desmonte da política ambiental**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/vinte-e-um-fatos-que-comprovam-o-desmonte-da-politica-ambiental/>. Acesso em: 27 out. 2023.

COUTO, Marlen. **Bolsonaro e parlamentares lideraram desinformação também na área ambiental, diz pesquisa**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/03/bolsonaro-e-parlamentares-lideraram-desinformacao-tambem-na-area-ambiental-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2023.

DYE, T.D. **Understanding public Policy**. Englewood Cliffs. N.J.:Prentice-Hall, 1984

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

GRANDES, Almudena. "Despolítica." **Ediciones EL PAÍS S.L.**, 26 set. 2011. Disponível em: https://elpais.com/diario/2011/09/26/ultima/1316988001_850215.html. Acesso em: 18 set. 2023.

GROSSI, Mônica Aparecida. Capitalismo e questão ambiental: contribuições da tradição marxista. **Revista On line Libertas**. v.09, n.01, 2009.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Cortez Editora, 2006.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. Cortez Editora, 2012.

IANNI, Octávio. A questão Social. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 05, n. 01, 1991.

IMAFLORES. **Mapeamento dos retrocessos de transparência e participação social na política ambiental brasileira - 2019 e 2020.** Disponível em: <<https://www.imaflora.org/noticia/relatorio-anual-2020-informacao-e-conhecimento-para-a-construcao-de-uma-agenda-ambiental-positiva>>. Acesso em: 18 out. 2023.

LEITÃO, Matheus. Plano estratégico do Conselho da Amazônia associa ONGs a crimes ambientais. **VEJA**, 10 Nov. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/plano-estrategico-do-conselho-da-amazonia-associa-ongs-a-crimes-ambientais>>. Acesso em: 27 out 2023.

MAPBIOMAS. A expansão da mineração e do garimpo no Brasil nos últimos 36 anos: destaques do mapeamento anual de mineração e garimpo no Brasil entre 1985 a 2020. [s.l]: **MapBiomias**, 2022. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/10/MapBiomias_Minerao_2022_30_09_1.pdf. Acesso em: 24 out. 2023

MARX, Karl. **O Capital – Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro, Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. **Relações Internacionais**, 2022. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI73/RI73_art03_MBM.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

MAZUI, Guilherme; GOMES, Pedro Henrique. **Sem provas, Bolsonaro culpa ONGs por crimes ambientais durante cúpula da ONU.** 30 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/30/em-cupula-sobre-biodiversidade-da-onu-bolsonaro-diz-que-ongs-comandam-crimes-ambientais-no-brasil-e-no-exterior.ghtml>. Acesso em: 27 out. 2023.

MAZUI, Guilherme e PINHEIRO, Lara. **Bolsonaro mente e diz a investidores em Dubai que Amazônia "não pega fogo" e "ataques" "não são justos".** 15 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/11/15/bolsonaro-amazonia-dubai.ghtml>. Acesso em: 27 out. 2023.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, "questão social" e seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, p. 270-287, 2012.

MOREIRA, Matheus; WATANABE, Phillippe. **14 vezes em que ações do governo Bolsonaro tiveram impacto negativo no ambiente.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/04/14-vezes-em-que-acoes-do-governo-bolsonaro-tiveram-impacto-negativo-no-ambiente.shtml>. Acesso em: 25 out. 2023.

MOTA, Leonardo de Araújo (org). **Capitalismo contemporâneo: olhares multidisciplinares.** Campina Grande: Eduepb, 2014.

NEGRÃO, Heloísa. **Após Alemanha, Noruega também bloqueia repasses para Amazônia.** Ediciones **EL PAÍS** S.L., 15 ago. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html. Acesso em: 07 set. 2023.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "Questão Social". **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA (Brasil). **Nunca mais outra vez: 4 anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro**. Brasil, 2023. 32 p. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/02/A-conta-chegou-HD.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA (Brasil). **A conta chegou: o terceiro ano de destruição ambiental sob Jair Bolsonaro**. Brasil, 2022. 103 p. Disponível em: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/AF_reduzido_20220323_individuais_nunca-mais-outra-vez-1.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

OLIVEIRA, Joana. Governo Bolsonaro enfraquece o INPE e retira do órgão divulgação sobre dados de queimadas. **Ediciones EL PAÍS S.L.**, 13 Jul 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-13/governo-bolsonaro-enfraquece-o-inpe-e-retira-do-orgao-divulgacao-sobre-dados-de-queimadas.html>. Acesso em: 27 out 2023.

OLIVEIRA NETO, Barnabé Lucas de. Da lama ao caos: o retrocesso da política e liderança ambiental do Brasil sob o governo Bolsonaro. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 2, 2022.

O SUL. Bolsonaro disse que as críticas à indicação de Ricardo Salles para o Ministério do Meio Ambiente serviram para mostrar que a escolha foi acertada – **Jornal O Sul**. **Jornal O Sul – Rede Pampa de Comunicação**, 12 dez. 2018.

PODER360. Governo enviou agentes da Abin para conferência climática da ONU na Espanha. **Poder360**, 11 out. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/governo-enviou-agentes-da-abin-para-conferencia-climatica-da-onu-na-espanha/>. Acesso em: 27 out. 2023.

RODRIGUES, Marta Maria Assunção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

SILVA, Maria das Graças e. **Capitalismo contemporâneo e "questão ambiental": o desenvolvimento sustentável e a ação do Serviço Social**. 2008. 210 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008. Disponível em https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9370/1/arquivo376_1.pdf. Acesso em: 01 nov. 2023.

SOUZA, Celina. Dossiê Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, Eduardo Bresciani de; COUTINHO, André Mateus. Bolsonaro diz que pediu cancelamento da COP-25 no Brasil e cita "Triplo A.". **O Globo**. 28 Nov 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-pediu-cancelamento-da-cop-25-no-brasil-cita-triplo-a-23266445>. Acesso em: 27 out 2023.